



FACULDADE ATENEU

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE ITAPIPOCA
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL**

ALISLE DE ABREU ESTEVÃO MARQUES

**A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O BRINCAR E SUA IMPORTÂNCIA
PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

FORTALEZA - CE

2022

ALISLE DE ABREU ESTEVÃO MARQUES

**A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O BRINCAR E SUA IMPORTÂNCIA
PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

Artigo apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Educação Infantil da Faculdade ATENEU como requisito parcial para obtenção do título de Pós-Graduada.

Orientador: Prof. Especialista Pedro Jaime.

FORTALEZA - CE

2022

**A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O BRINCAR E SUA IMPORTÂNCIA
PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

Artigo apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Educação Infantil da Faculdade ATENEU como requisito parcial para obtenção do título de Pós-Graduada.

Alisle de Abreu Estevão Marques

Artigo aprovado em: _____/_____/_____.

Orientador: _____
Prof. Especialista Pedro Jaime Oliveira

BANCA EXAMINADORA

1° Examinador: _____

2° Examinador: _____

A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O BRINCAR E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

RESUMO

O lúdico em interação com o processo de desenvolvimento da criança na educação infantil é um tema bastante estudado por diferentes áreas. A presente pesquisa, exhibe como foco principal: apontar a contribuição do lúdico na educação infantil, como elemento de primordial importância no desenvolvimento da criança. O objetivo geral é verificar a contribuição da ludicidade no processo ensino-aprendizagem da criança na Educação Infantil. A justificativa para a realização desse trabalho se dá pela necessidade de conhecer a prática pedagógica do professor de Educação Infantil quanto seu processo de aprendizagem no uso de ferramentas lúdicas. Logo a metodologia empregada se deu por meio da pesquisa bibliográfica, com base qualitativa. Pode ser observado que os resultados apontam para a necessidade de investimentos em atividades lúdicas não apenas como ações didáticas pontuais, mas como necessidade de uma prática toda ela pautada no brincar. A ludicidade é importante para o desenvolvimento integral da criança, pois esta aprende brincando. Com isso, conclui-se que é necessário que os educadores empreguem jogos e brincadeiras nas aulas de educação infantil para o desenvolvimento da aprendizagem da criança.

Palavras-chave: Criança. Educação Infantil. Lúdico.

1 INTRODUÇÃO

A educação infantil é um lugar de descobertas e de ampliação das experiências individuais, culturais, sociais e educativas, através da inserção da criança em ambientes distintos dos da família. Um espaço e um tempo propício ao desenvolvimento da criança, seu mundo de vida, sua subjetividade, com os contextos sociais e culturais que a envolvem através das inúmeras experiências que ela deve ter a oportunidade e estímulo de vivenciar nesse espaço de sua formação.

O objetivo geral é verificar a contribuição da ludicidade no processo ensino-aprendizagem da criança na Educação Infantil. Tem ainda como objetivos específicos: Compreender o conceito de ludicidade e sua relação com o desenvolvimento da criança; Verificar a organização da educação infantil e; Examinar como se integra o brincar nas salas de educação infantil.

Os procedimentos metodológicos necessários à realização deste trabalho partem de uma abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica, permitindo descrever e analisar, buscando assim, o alcance do objeto deste estudo.

A realização dessa investigação justifica-se pela necessidade de conhecer a prática pedagógica do professor de Educação Infantil quanto seu processo de ensinamentos no uso de ferramentas lúdicas, de que forma realizam seus planejamentos direcionados para crianças de 4 a 6 anos de idade, uma vez que nesse período o desenvolvimento de jogos e brincadeiras como atividades lúdicas precisam ser ministrados de maneira que venham contribuir para o desenvolvimento integral da criança.

Portanto, neste artigo abordou-se o significado da ludicidade, relacionado o brincar como forma da criança interagir com seu meio. Discutiu-se sobre os aspectos legais que estruturam e dão forma a educação infantil, enfatizando o lúdico como forma da criança compreender e participar do ambiente no qual está inserido.

2 A LUDICIDADE E A CRIANÇA

Resgatar a ludicidade no processo educacional, é ir ao encontro da formação de bases para que por meio das práticas e das vivências, possa permitir que o sujeito se desenvolva de maneira adequada.

Em se tratando de definição para o termo ludicidade, Gomes (2004, p. 47) discorre que é uma extensão da linguagem do sujeito que consente a “expressão do sujeito criador que se torna capaz de dar significado à sua existência, ressignificar e transformar o mundo”. O mesmo autor ainda cita que “a ludicidade é uma possibilidade e uma capacidade de se brincar com a realidade, ressignificando o mundo” (GOMES, 2004 p. 145).

A ludicidade pode colaborar com a independência do indivíduo, através do diálogo, de uma reflexão, da construção coletiva, entretanto, ela também é capaz de repassar uma visão errada para algumas pessoas, que o ato de brincar seria apenas uma forma de fugir dos conteúdos do currículo, um estímulo a passividade (GOMES, 2004).

Com isso, a ludicidade se faz necessária em qualquer idade ou nível de ensino, e que não pode ser apontada somente como uma forma de diversão, mas sim, de ser um meio facilitador da aprendizagem, onde busca o desenvolvimento social, cultural, emocional, da comunicação e da construção de novos conhecimentos.

O ato de educar pela ludicidade deixa proposto que sejam adotadas novas atitudes e posturas, onde o paradigma passa a ser um sistema inovador de aprender brincando, e para que se torne possível se faz necessário que os educadores reconheçam o verdadeiro significado dos materiais lúdicos na aprendizagem das crianças, formando uma relação entre brincar e aprender.

A ludicidade é considerada uma atividade essencial no processo de desenvolvimento do sujeito, sendo caracterizado por se tratar de uma ação natural e que trás satisfação para as crianças, realizando atividades que abrangem seus aspectos sociais, cognitivos, emocionais e culturais, dando grande contribuição em sua formação (SANTOS, 2001).

A prática da ludicidade na sala de aula possibilita a realização de diversas experiências, pois as crianças poderão vivenciar e ao mesmo tempo apontar suas experiências com os materiais, onde também servirão como alicerce nas relações qualitativas no processo de ensino aprendizagem tornando significativa, e isso acontece com o educador sendo o mediador.

Vygotsky (1993) aponta que a ludicidade tem por objetivo preparar um ambiente onde a criança possa brincar formando conceitos, adquirindo

aprendizagem como uma maneira de fazer a reorganização de suas experiências, ou seja, os alunos conseguem compreender que é possível aprender brincando.

Santos (2001) também têm a mesma visão quanto à aprendizagem através da ludicidade, pois relata que essa ação de aprender brincando passa por uma percepção de educação apenas de um ensino formal, repassando para os educadores que é possível ensinar de forma lúdica, com emprego de estratégias voltadas ao ensino com jogos e brincadeiras, na construção de novos conhecimentos.

2.1 A brincadeira e sua importância para a infância

A brincadeira pode ser considerada por muitos, apenas como uma forma de preencher o tempo do aluno na sala de aula, mas o brincar precisa ser visto como um recurso mediador no processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais fácil. O ato de brincar favorece a dinâmica das relações sociais na sala de aula, possibilitando o desenvolvimento da relação entre o professor e a criança. As brincadeiras são parte de uma herança lúdico-cultural, que transporta valores, costumes e também forma de pensamentos e aprendizagem.

Segundo Vygotsky (2007) o ato de brincar se trata de um comportamento que segue o sujeito, sobretudo, no decorrer de sua infância, aonde vai se transformando até atingir a fase do jogo socializado com regras, numa configuração que dura até a fase adulta. A brincadeira é visualizada como atividade sem um objetivo, sendo apenas uma ação livre e distante da realidade, envolvida num campo de ficção, habitual na vida da criança, que estabelece o emprego de todos os sentidos humanos. Porém, beneficia especialmente as relações entre pessoas, mesmo que possa ser desenvolvida de forma individual.

Vygotsky (2007) relaciona a brincadeira com regras e com a imaginação, estabelecendo limites entre elas e o pensamento da criança. Ele aponta o brincar como uma necessidade em realizar as vontades impossíveis de serem concretizadas.

Para Piaget (1990) o brincar se trata de uma característica que está presente em todo o comportamento humano, permanecendo implícito na assimilação que esse sujeito desempenha em relação à realidade.

Por meio das definições sobre o ato de brincar, pode-se observar que existe grande dificuldade para se encontrar um consentimento sobre qual o significado de brincar.

De qualquer forma, é por meio do brincar que a criança aprende a se aprontar para o futuro e a enfrentar situações do presente. Brincar, além de auxiliar a aliviar o excesso de energias, é prazeroso e estimula o desenvolvimento intelectual da criança.

Em se tratando do objeto da brincadeira, o brinquedo, conforme Brougère (2006, p. 8) é uma ferramenta de uma representação, “a brincadeira pode ser considerada como uma forma de interpretação dos significados contidos no brinquedo”. Ou seja, o brinquedo ganha significado na brincadeira.

A partir do momento em que a criança brinca, além de adequar diversos materiais, ela idealiza construções da realidade atual e com isso amplia sua habilidade de invenção, transforma a função dos objetos para que acate seus desejos. Dessa forma, um cabo de vassoura pode virar um cavalo; utilizando areia, ela faz bolos e doces para comemorar um aniversário imaginário; e, ainda, objetos fazem o papel de trem, onde a criança se imagina como condutor, imitando o adulto (BENJAMIM, 2002).

Apontar uma definição para o termo brincadeira não é simples. Segundo Kishimoto (2011) ao observar uma criança atirando com o uso de um arco e uma flecha esse ato pode ser considerado como sendo uma brincadeira ou uma iniciação para sua prática de caça. Alguns autores visam à brincadeira como sendo uma atividade ou uma ação que parte da própria criança, uma atitude espontânea e natural.

Diante dessa informação, vale ressaltar que o ato de brincar faz parte da infância de qualquer criança, mas em certas situações, o adulto sugere algumas atividades que aparentemente não possuem características de brincadeiras, porém são denominadas como se fossem.

3 EDUCAÇÃO INFANTIL E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

A educação infantil é a fase da vida escolar do ser humano que carece de máxima atenção, pois o sujeito está elaborando e completando vários aspectos da formação de seu ser pessoal e de seu ser biológico.

Por esta razão, o processo de desenvolvimento infantil que ocorre de zero aos seis anos de idade, portanto já na vida escolar, deve ter atenção focada em oferecer uma educação que favoreça o desabrochar máximo das potencialidades da criança.

3.1 As leis que regem a educação infantil

A criação de escolas para a educação infantil começou no século XVIII, com a Revolução Industrial. A inserção da mulher no mercado de trabalho fez surgir os primeiros estabelecimentos de Educação Infantil no país, no final do século XIX. Eles eram filantrópicos até a década de 1920, quando se iniciou um movimento pela democratização do ensino. Aos poucos o poder público começou a assumir a responsabilidade pela escola dos pequenos. As creches não tinham o objetivo de ensinar ou repassar conteúdos, apenas eram responsáveis pela alimentação, dos cuidados de higiene e proporcionar segurança para as crianças enquanto os pais estavam no trabalho (KRAMER, 2007).

A educação infantil é protegida pela Constituição Federal de 1988 (CF/88) em dois aspectos (BRASIL, 1998): tanto é direito individual das crianças com idade entre zero e 6 (seis) anos (art.208, IV), como também é direito dos (as) trabalhadores (as) urbanos (as) e rurais em relação a seus filhos e dependentes (art.7º, XXV). Isso implica dizer que, a educação infantil é um modelo vivo da indivisibilidade e interdependência que distinguem os direitos humanos, uma vez que apresenta num mesmo conceito, vários direitos: ao desenvolvimento, à educação e também ao trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) situa a educação escolar em dois grandes níveis: educação básica e educação superior. A educação infantil, segundo os artigos 29 e 30 da referida lei, é a “primeira etapa da educação básica”, sendo proporcionada em creches para as crianças de zero a 3 (três) anos e em pré-escolas para as crianças de 4 (quatro) a 6 (seis) anos de idade. A diferença entre as idades máximas de permanência na educação infantil estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Constituição é resultante da recente modificação gerada pela Emenda Constitucional nº 53/2006, prevalecendo o texto constitucional, que diminuiu o limite para 5 (cinco) anos de idade, já que o ensino fundamental passou a durar 9 (nove) anos (BRASIL, 1998).

Corsino (2003) cita que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) promulgada em 1996, a primeira etapa da educação básica, segue até os seis anos de idade. Essa divisão foi alterada em maio de 2005 através da Lei Federal nº 11.114 (BRASIL, 2005), definindo que a matrícula de crianças com seis anos de idade completos devem ser matriculadas no primeiro ano do ensino fundamental.

É importante lembrar que a educação infantil foi uma conquista marcante, em consequência dos movimentos sociais que lutavam pela garantia do direito a educação pelas crianças de 0 a 6 anos.

[...] ensejou um movimento da sociedade civil e de órgãos governamentais para que o atendimento às crianças de 0 a 6 anos fosse reconhecido na Constituição Federal de 1998. A partir daí a Educação Infantil em creches e pré-escolas passou a ser, ao menos do ponto de vista legal um dever do Estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV). O Estatuto da Criança e do Adolescente aponta também o direito da criança e esse atendimento. Reafirmando essas mudanças a Lei de Diretrizes e Bases nacional, Lei nº 9394, promulgada em dezembro de 1996, estabelece de forma incisiva o vínculo entre o atendimento das crianças de 0 a 6 anos e a educação (BRASIL, 1998, p. 11).

As tendências que seguiram a implantação de creches e jardins de infância, no final do século XIX e no decorrer das primeiras décadas do século XX no Brasil, foram: a jurídico-policia, que protegia a infância moralmente abandonada, a médico-higienista e a religiosa, as duas apresentavam a intenção de diminuir o alto índice de mortalidade infantil tanto no interior da família como nas instituições que prestavam atendimento à infância. Segundo Kuhlmann Jr. (1998), cada instituição exibia suas justificativas para a fundação de creches, asilos e jardins de infância onde seus administradores originaram a formação de associações assistenciais privadas.

No período do Brasil Escravista, a criança escrava que estava entre 6 e 12 anos já começava a realizar pequenas tarefas como ajudantes. A partir dos 12 anos eram considerados adultos seja para o trabalho, seja para a vida sexual. A criança branca, aos seis anos, era colocada nos primeiros estudos de língua, da gramática, da matemática e de boas maneiras (SILVA, 2010).

As assistências prestadas por voluntários na atuação do bem estar das crianças tinham cunho higienista, onde buscavam diminuir a alta taxa de mortalidade infantil, provocada por nascimentos de crianças de relações entre senhores e

escravas, causada também pela ausência de conhecimento moral, físico e intelectual da maioria das mulheres (SILVA, 2010).

Com o acontecimento da Abolição dos escravos e a Proclamação da República, a sociedade abre caminho para uma nova sociedade, carregada de idéias capitalista e urbano-industrial.

Neste período, o país era dominado pela intenção de certos grupos em diminuir a indiferença que dominava as esferas governamentais quanto aos problemas das crianças. Eles tinham como finalidade:

Elaborar leis que regulassem a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar o serviço das amas de leite; velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infância (KUHLMANN JR. 2001 *apud* MONARCHA, 2001 p. 52).

No Brasil, as creches surgiram com um objetivo diferente das instaladas na Europa, enquanto lá fora, elas foram instaladas para cuidar dos filhos de mulheres que trabalhavam nas fábricas, aqui as creches acolhiam também as crianças filhas de empregadas domésticas, oferecendo higiene, alimentação e segurança, e receberam o nome de Casa dos Expostos ou Roda, onde se iniciaram nas Santas Casas de Misericórdias (NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011).

Criado em 1998, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) foi desenvolvido para servir de guia de reflexão sobre conteúdos, objetivos e orientações didáticas escolares. Este documento visa a melhoria da qualidade, do cuidado e educação para as crianças de 0 a 6 anos de idade e ainda contribuir para o aperfeiçoamento e qualificação de seus educadores. Dentre os objetivos gerais que o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil estabelece, não há uma referência explícita ao uso do lúdico, mas sim, quedizem respeito ao “corpo” e ao “movimento”, tais como:

Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar; Brincar, expressando emoções, sentimento, pensamentos, desejos e necessidades; Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas idéias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva (BRASIL, 1998, p. 63).

Para Muller (2002), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regulamentado no Artigo 277 da constituição de 1988 e na Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, “[...] traz em si uma concepção da criança cidadã, o que significa entender que todas são sujeitos de direitos, merecem proteção integral, porque se encontram em condições especiais de desenvolvimento” (MULLER, 2002, p. 6).

Ainda dentro desse aspecto, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que tem por objetivo possibilitar aos sistemas de ensino a aplicação dos princípios educacionais constantes na Constituição Federal. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é, portanto, uma lei que rege os sistemas de ensino (BRASIL, 2000).

Assim, observa-se que a Educação Infantil não só pode como deve unir-se às diversas áreas de conhecimento em seu plano pedagógico, para que a criança possa realmente ser vista como um ser indivisível e para que haja a interação que contribua com sua formação integral.

3.2 O desenvolvimento infantil e o lúdico

Os estudos que vêm sendo realizados sobre o desenvolvimento infantil atualmente, seguem por várias linhas teóricas, tão vasto é o campo de investigação que envolve essa temática que busca descobrir em que momentos e de que modo as mudanças ocorrem no indivíduo, que aspectos do ser interferem nessas alterações e por que.

Sabe-se, por meio de variadas leituras, que desde o pré-natal a criança já vem acumulando experiências mesmo estando no útero materno, pois ali o bebê irá vivenciar as suas primeiras emoções e sensações, podendo ser elas positivas ou negativas, mais já ficaram desde já registradas em sua memória.

Segundo Vygotsky (2007) o desenvolvimento do indivíduo se dá através da sua ação no meio, ou seja, o conhecimento vem de fora para dentro, pois a criança quando está num meio que oferece fatores estimulantes desenvolverá mais adequadamente suas potencialidades.

Piaget (1985), no entanto, atribui, prioritariamente, aos fatores biológicos o processo de desenvolvimento, esclarecendo que a criança depende do

amadurecimento de determinados fatores do seu corpo para que possa desenvolver uma ou outra potencialidade.

Piaget (1985) postula que, ao nascer, o indivíduo recebe como herança uma série de estruturas biológicas - sensoriais e neurológicas - que permanecem constantes ao longo da sua vida. São essas estruturas biológicas que irão predispor o surgimento de certas estruturas mentais.

Em vista disso, na linha piagetiana, considera-se que o indivíduo carrega consigo duas marcas inatas que são a tendência natural à organização e à adaptação, significando entender, portanto, que, em última instância, o “motor” do comportamento do homem é inerente ao ser.

Por outro lado, Wallon (2010), estudando o sujeito a partir de suas dimensões biológicas e psicológicas, afirma que o desenvolvimento se dá quando as dimensões históricas e sociais estão contextualizadas. Para ele, o ensino necessita levar em conta o papel que os comportamentos infantis e as aquisições cognitivas representam na vida da criança.

Mesmo tendo olhares diferentes sobre o desenvolvimento humano, os três autores concordam em que o brincar é essencial para esse processo, constituindo em si mesmo, um elemento que permite à criança absorver a realidade no entorno de si e produzir interação com esta.

Para Vygotsky (2007), não existe a necessidade de criar brincadeiras que favoreça o desenvolvimento ou aprendizagem na criança. Ela aprende brincando, sendo o brincar sua forma de compreender e assimilar.

Diante disso fica claro que o brincar com as crianças não é mera perda de tempo como muitos pensam. É a oportunidade de olhar o lúdico como promotor de aprendizagem. A brincadeira permite que a criança expresse suas emoções de forma espontânea e assim tenha mais disposição e aceitação em aprender. Ou seja, com a brincadeira o educando autoriza a vontade em aprender. Isso possibilita maior eficácia na construção do aprender brincando.

Ao se buscar o lúdico como ferramenta enriquecedora da aprendizagem, é permitido a oportunidade do educando expressar suas ideias e pensamentos sobre o mundo no qual está inserido. Portanto, dá a oportunidade de promover outros conhecimentos ampliando o repertório de conhecimento de mundo.

3.3 A criança inserida na educação infantil

Falar sobre a educação infantil não é apenas apontar os aspectos de uma instituição, descrevendo defeitos e qualidades, suas necessidades sociais ou sua importância na sociedade. É mais que isso, é poder falar sobre a criança, sobre seu desenvolvimento, sobre suas descobertas, um pequeno ser cheio de curiosidades

Conforme Enderle (1995), esta fase pode ser chamada de “primeira infância”, “período pré-escolar” ou “fase mágica”. Ela é caracterizada pelo pensamento fantástico, pela fantasia. Nessa fase da vida infantil são adquiridas a marcha, a fala e a autonomia dos hábitos de higiene e alimentares.

As crianças na educação infantil caracterizam-se por exercitar suas funções simbólicas, por sua habilidade de fantasiar. Neste momento, ocorrem mudanças significativas nas principais áreas do desenvolvimento psicomotor, afetivo e cognitivo (FREIRE, 1994).

Segundo Gallahue e Ozmun (2005) as crianças até os 6 anos desenvolvem funções cognitivas que eventualmente resultam em pensamento lógico e formulação de conceitos.

Os anos que compreendem a Educação Infantil são importantes para o desenvolvimento cognitivo e, como registra Rolim (2004), crianças nesta fase são ativamente envolvidas em melhorar suas habilidades em uma variedade de maneiras.

A Educação Infantil é considerada a primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, onde suas práticas de ensino levam em consideração princípios filosóficos e pedagógicos que contribuem de fato para o desenvolvimento cognitivo da criança.

Na Educação Infantil as práticas escolares devem respeitar, compreender e acolher o universo cultural infantil, dando acesso a outras formas de produzir conhecimento que são fundamentais para o desenvolvimento da criança, mediante a esse aspecto é fundamental enfatizar que o corpo fala, cria e aprende com o movimento.

Dentro de uma perspectiva de desenvolvimento, pode-se dizer que a criança de educação infantil é aquela que, a partir de certa idade, é considerada apta a frequentar o berçário e, daí os outros níveis existentes na pré-escola. Em se tratando de conceituação psicopedagógica, a criança de educação infantil

caracteriza-se como um indivíduo singular, no sentido de que o funcionamento de sua mente é diverso do adulto; que se expande à medida que trava relações sociais, afetivas e culturais com outras crianças, com adultos e com o ambiente em que vive (GALLAHUE, OZMUN, 2005).

No período em que a criança está inserida na educação infantil, podem ser observadas algumas características em algumas delas, tais como: egocêntricas, ciumentas, briguentas, não gostam de dividir objetos e se relacionar com outras, em geral sentem medo de situações novas, demonstram timidez, e temem deixar a segurança dos laços familiares. É nesse período que a criança começa a compreender o que é certo e o que é errado, dando início do desenvolvimento da consciência (GALLAHUE, OZMUN, 2005).

A prática de atividades que aplicam o lúdico na educação infantil é importante e necessária pelo fato de propiciar o desenvolvimento integral da criança, abrangendo os aspectos motor, afetivo, cognitivo e social, é nesse momento também que a criança está fazendo a transição da fase do individualismo para a experiência de vivência em grupo, onde a aplicação de brincadeiras que envolvam o movimento pode contribuir de forma significativa.

Quanto à atenção com a educação infantil, foi elaborado o Referencial Curricular para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), cuja intenção é de promover a inclusão de práticas educacionais de qualidade para as crianças nessa escolaridade. Esse material foi elaborado para ser um norteador quanto aos objetivos, conteúdos e orientações didáticas voltadas para os professores que trabalham com crianças de até seis anos de idade.

Ao manter uma relação harmônica e afetiva entre criança e professor o processo de aprendizagem na educação infantil se torna mais eficiente, com isso, é importante que o professor compreenda a criança de forma geral, promovendo momentos de acolhimento, atividades motivadoras, cuja possam atender suas necessidades reais, sendo instigadas por suas próprias curiosidades, fazendo com que reconheçam a si e ao próximo (THIESSEN; BEAL, 1991).

O lúdico também pode contribuir de forma positiva na aprendizagem da criança, pois brincando ela pode se colocar num patamar de poder, onde ela é capaz de dominar outros ou certas situações que lhe causa incômodo. Como exemplo, pode ser apontado à brincadeira que envolve super-heróis, que contribui

na formação da autoconfiança, a superar dificuldades reais, como se vestir, a forma de se alimentar, na interação com o meio social.

Dentro de uma mesma cultura, crianças brincam com temas comuns: educação, relações familiares e vários papéis que representem as pessoas que integram essa cultura. Os temas, em geral, representam o ambiente das crianças e aparecem no contexto da vida diária. Quando o contexto muda, as brincadeiras também mudam. Pode-se dizer, então, que o ambiente é a condição para a brincadeira e, por conseguinte, ele a condiciona (BOMTEMPO *apud* KISHIMOTO, 2011, p. 68).

Diante do escrito acima, entende-se que o brinquedo faz parte essencial da cultura e que está sempre ao alcance da criança. O manuseio do brinquedo faz com que a criança seja capaz de adquirir habilidades para desenvolver aspectos físicos, cognitivos, sociais, morais, etc.

4 A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA INFÂNCIA E NA VIDA SOCIAL DA CRIANÇA

Quanto ao conceito do termo infância, cita-se que tudo que existe nos dias de hoje, com certeza sofreu um processo de transformação até alcançar o que é hoje. A existência de várias coisas só pode ser compreendida a partir do momento em que seu contexto tanto histórico quanto cultural é conhecido.

De acordo com Kramer (2007), as concepções a respeito da infância são formadas social e historicamente. A inclusão sólida das crianças e suas funções se alteram de acordo com a organização da sociedade da qual faz parte. Dessa forma, o conceito de infância não teve sempre existência e da mesma forma.

Compreender a função da brincadeira na formação social da criança é muito importante e relevante, pois esse ato possui uma relação com a formação social da criança. Está fortemente ligado ao contexto social em que a criança faz parte, considerando que as brincadeiras expõem a cultura e costumes de uma determinada comunidade.

As brincadeiras são compreendidas diferenciando significados por diferentes culturas, permitindo, assim identificar uma estrutura que as especificam, seja como sistema de regras, seja como fatos sociais que assumem a imagem, o sentido que cada sociedade lhes atribui (PADRO, 2009, p. 99).

A brincadeira pode ser interpretada como sendo a maneira pela qual a criança representa a cultura de seu ambiente e também a forma de aliviar sua tensão e frustração, e assim pode-se dizer que busca a fuga das regras impostas pela sociedade. A respeito disso, Vygotsky (2007, p. 132) aponta que “uma criança não se comporta de forma puramente simbólica no brincar, ao invés disso, ela quer realizar seus desejos, permitindo que as categorias básicas da realidade passem através de sua experiência”.

A criança é formada socialmente por meio da interação com outros indivíduos, sejam estas crianças ou adultos, já que não acontece socialização sem o convívio social. Então as brincadeiras permitem que ocorra a compreensão da realidade através da representação simbólica do brincar, onde a criança idealiza uma situação em sua imaginação, mas essas criações estão embasadas em sua realidade, ou seja, em algo que a criança conhece.

A criança começa a ter contato com a brincadeira por meio do reconhecimento do corpo e limites, onde movimentos repetidos nas brincadeiras promovem satisfação. O ato de brincar progride para o jogo simbólico, onde a criança tem contato com objetos, podendo manusear, descobrindo suas utilidades, saindo da fase sensório-motora, que Piaget (1990) classifica como sendo jogos de exercícios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, fica mais evidente a importância de articular o uso do brincar na educação infantil. As fundamentações teóricas aqui apresentadas mostram que este período da vida da criança precisa ser visto como muito importante no desenvolvimento integral dela, contribuindo para que se reconheça como cidadão e conhecendo o mundo que o cerca.

Mesmo assim, observa-se, ainda, existe a necessidade de realizar vários estudos sobre os conhecimentos a respeito do conceito e dos processos que envolvem a ludicidade. Contudo, não é necessário formar um conceito único para definir a atividade do brincar, porém desenvolver mais pesquisas, procurando uma definição mais apropriada para complementar à área educacional, e assim, cooperar com os educadores interessados no assunto a fim de que possam realizar atividades pedagógicas mais atraentes para seus alunos.

Com isso, a criança recria seu ambiente de brincadeira, elaborando novos cenários, dando papéis aos objetos, apontando-lhes um sentido segundo padrões aceitos pela sociedade.

A avaliação que se faz é que o lúdico inserido desde a educação infantil proporciona para as crianças uma extensa estrutura fundamental para as transformações das necessidades e tomada de consciência: atuação no mundo do faz de conta, desenvolvimento de planos da vida real, motivações próprias e chance de interagir com o próximo, que sem dúvida, colaborarão em seu desenvolvimento.

Desse modo, é importante que os educadores compreendam a necessidade da brincadeira e dos jogos a fim de organizar o processo educacional de forma mais positiva, cooperando para o desenvolvimento das crianças. Sem que ocorra essa compreensão, se corre o risco de uma prática educacional equivocada, com professores buscando aplicar a brincadeira na sala de aula com objetivo de interagir os alunos, porém direcionando esse tipo de atividade para o lado da competição.

As reflexões e respostas não param com a elaboração deste trabalho, pois é necessário que mais investigações e contribuições sejam difundidas, a fim de proporcionar subsídios na questão de se trabalhar com o lúdico nas aulas voltadas para as crianças da educação infantil.

É esperado com esse trabalho que outros estudantes, investigadores, e educadores de diferentes áreas, possam manuseá-lo e elaborar suas próprias reflexões a respeito desse assunto, e o principal, que percebam que o ato de brincar faz parte do desenvolvimento das crianças, dando possibilidades para elas se desenvolverem brincando.

REFERÊNCIAS

BENJAMIM, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo, SP: Duas cidades, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: lei n. 9.394/96.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e Cultura**. 6 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2006.

CORSINO, Patrícia. **Infância, Linguagem e Letramento: Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado) - Departamento de

Educação, PUC, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=4282@1. Acesso em: 23 de janeiro de 2017.

ENDERLE, C. **Psicologia do Desenvolvimento: o processo evolutivo da criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FREIRE, J. B. **Educação de Corpo Inteiro: teoria e prática da educação física**. 4 ed. São Paulo: Scipione, 1994. (Pensamento e ação no magistério)

GALLAHUE, D.; OZMUN, J. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. São Paulo: Phorte, 2005.

GOMES, Christianne. L. (org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

KISHIMOTO, Tizuko M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. 14 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

KRAMER, S. **A Política do Pré-Escolar no Brasil: A Arte do Disfarce**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

KUHLMANN JUNIOR, Moyses. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos, (Org.). **Educação da infância brasileira: 1875- 1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção educação contemporânea).

MULLER, V. R. (et al). **Crianças e Adolescentes: a arte de sobreviver**. Maringá: Eduem, 2002.

PADRO, Patrícia Dias. Quer brincar comigo. In: DEMATINI, Zeila de Brito Fabri; FARIA, Ana Lúcia Golart de. **Por uma Cultura da Infância: metodologias de pesquisa com criança**. São Paulo: Autores associadas, 2009.

PIAGET, Jean. **Psicologia e pedagogia**: Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

ROLIM, L.R. **O professor de educação física na educação infantil: uma revisão bibliográfica**. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário Nove de Julho – UNINOVE, 2004.

SANTOS, Santa M. Pires dos. **A ludicidade como ciência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SILVA, Thiago Rosa da. Novos caminhos para a educação infantil. **Revista científica do ITPAC**. v. 3. n. 2. Abril de 2010. ISSN 1983-6708. Disponível em: <http://www.itpac.br/arquivos/Revista/32/6.pdf>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2017.

THIESSEN, Maria L.; BEAL, Ana R. **Pré-Escola, Tempo de Educar**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1991.

VYGOTSKY, Lev S. **A Formação social da mente**. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.